

Continuismo vence, Oposição cresce

Ainda que sob pressão, o continuismo venceu. A Chapa 1, liderada pelo vice-reitor licenciado Vahan Agopyan (EP), foi a mais votada pelo colégio eleitoral no processo de eleição da lista tríplice para reitor(a) da USP, em 30/10, recebendo 1.092 votos. Contudo, as Chapas 2 e 3, de Oposição, lideradas por Maria Arminda Arruda (FFLCH) e Ildo Luis Sauer (IEE), obtiveram respectivamente 840 votos e 594 votos. A Chapa 4, do situacionista Ricardo Terra (FFLCH), obteve 163 votos. Participaram da eleição da lista tríplice 1.949 eleitores, cada um deles podendo votar até três vezes. Houve 3.035 votos em branco e 123 votos nulos.

A lista tríplice foi encaminhada ao governador Geraldo Alckmin (PSDB), a quem caberá escolher e nomear o próximo reitor ou reitora. Dada a ausência de qualquer questionamento ao governador por parte da Reitoria no tocante à crise de financiamento da universidade, bem como, por outro lado, o apoio de Alckmin ao desmonte da USP, acredita-se que ele deverá homologar a escolha feita pelo colégio eleitoral, isto é: a Chapa 1, de Vahan. Estará garantida, assim, a continuidade do perverso processo de destruição da USP.

O desfecho do processo eleitoral traz à tona suas graves distorções. A eleição indireta da lista tríplice envolveu tão somente 1,8% da comunidade. Das cerca de 108 mil pessoas que integram atualmente a USP, entre funcionários, estudantes e docentes, 106 mil foram excluídas da votação decisiva. A composição do colégio eleitoral, ou “Assembleia Universitária”, com participação de 85% dos docentes, não respeita sequer a Lei de Diretrizes e Bases (que determina 70%). A Consulta realizada em 23/10, que envolveu mais de 9 mil pessoas e evidenciou a preferência majoritária pela Oposição, teve caráter meramente indicativo (<http://bit.ly/2lDOW1j>).

Incidentes. A disputa política entre os reitoráveis foi marcada, em primeiro lugar, pelo ritmo e pelo enquadramento impostos pela Reitoria. Foi uma campanha



Protesto de alunos da Medicina durante debate de reitoráveis na FEA: ao centro, Vahan Agopyan

muito curta, a começar pelo exíguo prazo de uma semana concedido para a inscrição de chapas candidatas (<http://bit.ly/2fyTB51>), e contou com pequeno número de debates oficiais. Em segundo lugar, foi marcada por alguns incidentes notáveis, que fizeram desta uma campanha *sui generis*.

As chapas 2 e 3 denunciaram, por exemplo, a manipulação dos resultados da Consulta à comunidade, tanto pela Comissão Eleitoral, incumbida de conduzir o processo, como pela própria Reitoria. Na avaliação da Chapa 2, de Maria Arminda, o resultado inequívoco da Consulta foi que as chapas oposicionistas “receberam o maior número de votos, ficando em primeiro e segundo lugares, à frente das chapas da situação”, esperando-se, portanto, “que a divulgação oficial do resultado da Consulta fornecesse à comunidade o cálculo total da votação em primeira mão, reforçando o caráter democrático do pleito entre as três categorias”.

Assim, registrou em nota oficial, “fomos todos surpreendidos com o teor do texto encaminhado no dia 24/10 pela Comissão Eleitoral que, em letras maiúsculas, consagrou a chapa da situação encabeçada pelos professores Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandez como sendo os ‘preferidos dos docentes’, enquanto uma das duas chapas de

oposição ganhava a preferência dos servidores e discentes. Este cenário não retrata com justiça o resultado da Consulta pública, e seu verdadeiro sentido, que foi o da reprovação à atual gestão e rejeição da sua continuidade pela maioria dos votantes”.

Por outro lado, destacou, “surge ainda a dúvida quanto aos reais motivos que fizeram com que o comitê editorial do *Jornal da USP* substituísse de forma abrupta seu texto inicialmente publicado na noite de 23/10, quando da divulgação do resultado da Consulta — onde se lia ‘A Chapa 2, formada pelos professores Maria Arminda do Nascimento Arruda e Paulo Casella, foi a mais votada’ — pela nova chamada enaltecendo o resultado obtido pela chapa da situação com a votação do corpo docente”. “Cabe salientar aqui que a editoria na qual foi publicada a matéria é de responsabilidade da Assessoria de Imprensa da USP, subordinada ao Gabinete do Reitor”.

“Censura”. A Chapa 3, de Ildo Sauer, igualmente expressou seu desacordo “com a divulgação tendenciosa, feita pela Comissão Eleitoral, dos resultados da Consulta à comunidade sobre a disputa para reitor da USP”, bem como seu protesto “contra a censura feita ao *Jornal da USP*, que foi obrigado a modificar a matéria de análise do resultado”.

Digna de reparo, também, foi a decisão unilateral da Comissão Eleitoral de alterar as regras da Consulta, permitindo o voto em apenas uma chapa. Na primeira Consulta, realizada previamente às eleições de 2013, os eleitores puderam votar em até três chapas. A mudança, que não mereceu explicações por parte da Comissão Eleitoral ou da Reitoria, certamente evitou uma vitória mais expressiva dos candidatos oposicionistas.

Outro aspecto a ser destacado, por sua novidade, foi a intervenção explícita de dois ex-reitores em mensagem eletrônica encaminhada em 27/10 aos docentes, funcionários técnico-administrativos e alunos da USP: “Os ex-reitores Adolpho José Melfi e João Grandino Rodas, ao ensejo das eleições para a Reitoria da nossa Universidade, a se realizar no dia 30 do corrente, após terem examinado os planos de gestão das quatro chapas inscritas, o desempenho dos candidatos nos cargos anteriormente ocupados, bem como o resultado da Consulta à Comunidade, consideram as chapas abaixo (pela ordem da respectiva inscrição), como as mais aptas para renovar a USP e conduzi-la a destino seguro: Chapa 2 - Maria Arminda do Nascimento Arruda e

continua na página 2

Vahan e seu perfil tecnocrático

“Fico muito preocupado porque nós não temos na USP recursos de fato para investimento. Uma universidade que gasta 85% com mão-de-obra e sobra 15% está mal. A universidade do meu sonho é: mão-de-obra no máximo 65%, 25% de custeio e 10% de investimento”. O autor desta frase é o provável futuro reitor da USP, professor Vahan Agopyan, o mais votado na eleição para composição da lista tríplice para reitor, em 30/10. Vahan é vice-reitor licenciado e foi o candidato do reitor M.A. Zago à sua sucessão.

Trata-se de uma declaração que ele deu aos repórteres da *Revista Adusp*, em fins de 2005, no âmbito de uma reportagem sobre a atividade de fundações privadas ditas “de apoio” à USP (“FDTE mantém em sigilo total sua movimentação financeira”, *Revista Adusp* 36, janeiro de 2006, p. 74-81: <http://bit.ly/2hwXiSh>). À época, Vahan era o diretor da Escola Politécnica (EP) e recusou-se a fornecer aos repórteres cópia do convênio firmado entre a FDTE e a EP.

Como já assinalado pelo *Informativo Adusp* 442, o vice-reitor, ex-pró-reitor de Pós-Graduação (na gestão de J.G. Rodas) e ex-diretor da EP tem laços tanto com as várias fundações privadas fortemente implantadas na sua unidade ou que com ela se relacionam (FDTE, Vanzolini, FUSP), como com interesses empresariais externos à USP, mas também presentes na universidade. Quando dirigiu a EP (2002-2006), Vahan estimulou a

expansão dos cursos pagos do Programa de Educação Continuada em Engenharia (PECE), jactando-se do fato de que os certificados oferecidos contam com “selo USP”.

O perfil tecnocrático de Vahan parece ter se encaixado bem na gestão M.A. Zago. Como dito, ele participou da reunião entre o governador Geraldo Alckmin (PSDB), o reitor, diretores da McKinsey e empresários “amigos da USP”, realizada no Palácio dos Bandeirantes em 5/9/2016. Naquela ocasião encontrou-se com antigos parceiros, como Rubens Ometto (Grupo Cosan) e Pedro Wongtschowski (Grupo Ultra). Ambos fazem parte do seletivo grupo de fundadores do Fundo Amigos da Poli, lançado em 2012 com o objetivo de captar recursos da iniciativa privada para a EP e cujo Conselho Deliberativo era integrado por Vahan.

Outro dos fundadores do Fundo Amigos da Poli é Roberto Setúbal (Unibanco). Ometto, Wongtschowski e Setúbal, coincidentemente, estão entre os financiadores do Projeto “USP do Futuro”, a cargo da McKinsey&Company.

Nervosismo. Na mesma medida em que transita com facilidade pelo mundo dos negócios, Vahan parece avesso aos movimentos sociais. No principal debate da campanha de reitor, realizado em 19/10 no auditório FEA 5, ele reagiu mal à polarização e à presença de grupos organizados de estudantes e funcionários: mostrou nervosismo, elevou o

tom da voz em diversas ocasiões e acusou desconforto com as críticas e vaias recebidas.

Compareceram ao debate, em grande número, alunos da Faculdade de Medicina (FM), ativistas da Ocupação Creche Aberta e funcionários técnico-administrativos. Depois da apresentação inicial, os reitoráveis discutiram, em rodadas específicas, quatro temas: HU, crise de financiamento, permanência estudantil e Creches. Certas afirmações de Vahan foram recebidas pela plateia com perplexidade.

“É óbvio que o HU é imprescindível para o ensino da USP. É isso que as pessoas não entendem”, declarou o candidato oficial, quando instado pela mesa a abrir a rodada sobre esse tema. A explicação, incoerente por vir de uma gestão que nunca escondeu que pretendia descartar o hospital, provocou risadas irônicas. “O que não está correto é o HU manter recursos para a região Oeste. O Estado e o município têm que arcar com as suas responsabilidades”, prosseguiu, referindo-se ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste momento, ouviu vaias. Que se repetiram depois de suas afirmações de que “jamais os funcionários serão demitidos”, que “o HU é nosso” e de lamentar que “a pós-verdade continue prevalecendo”. Por fim, teve de ouvir o coro “Fora, Vahan!”.

Em outro momento, após reconhecer que creche “é permanência, sim, acolhimento, não há dúvida nenhuma”, e alegar que as

Creches da USP atendem cerca de 400 crianças, o que representa “apenas 10%, 12% das necessidades da nossa universidade”, Vahan declarou: “Ninguém vai fechar uma coisa que está funcionando”. A reação e as cobranças do plenário ao reitorável foram imediatas: “E a Creche Oeste?!?”. Ao responder que “A Creche Oeste foi otimização”, recebeu novas vaias.

Ao final do debate, os reitoráveis continuaram sentados nos seus lugares à mesa do auditório quando a presidenta do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), da FM, Malu Corullon, subiu ao palco para se pronunciar. “O HU está sendo absolutamente desmontado”, disse ao microfone a estudante, que fez questão de rebater declarações feitas pouco antes por Vahan. “O ensino não está sendo mantido. Não foi só o atendimento à população, até o ensino foi prejudicado”, denunciou, esclarecendo que há um déficit de 10 médicos no Pronto Atendimento da Pediatria e que agora, com a demissão de mais uma médica assistente, a escala de plantões “não fecha”, afetando os estágios dos alunos da FM.

Malu relatou que a decisão de paralisar aulas e comparecer ao debate foi tomada em 18/10 por uma assembleia geral do CAOC da qual participaram “quase 450 alunos”, a qual decidiu exigir da Reitoria a contratação de oito assistentes para a Pediatria, a realizar-se até 30/10. Em meio a tudo isso, Vahan consultava seu celular.

continuação da capa

Paulo Borba Casella [e] Chapa 3 - Ildo Luís Sauer e Tércio Ambrizzi”.

Insatisfação. O processo eleitoral revelou “uma universidade que está substancialmente insatisfeita com o *status quo*”, declarou Sauer ao *Informativo Adusp*, quando instado a comentar os resultados de 30/10. “A soma dos votos daqueles que acham que ela deveria mudar urgentemente superou em muito os votos daqueles que querem manter o *status quo*, manter a situação atual”. Ainda segundo o reitorável, “esse processo poderia ter sido uma oportunidade única de reflexão sobre a situação da universidade, se permitisse mais tempo, com debate e com o acesso da comunidade”.

Há uma tendência de inconformidade com a situação atual”, enfatizou Sauer. “Apesar de o processo

eleitoral ter permitido alguma reflexão, ela não foi ampla nem profunda o suficiente porque o acesso das congregações e da comunidade — servidores, professores e estudantes — foi muito restrito, e obviamente quem está no poder e controla a máquina tem muito mais capacidade de se comunicar porque faz isso há quatro anos, para não dizer oito”.

Maria Arminda, por sua vez, emitiu nota na página da Chapa 2 no Facebook, por meio da qual conclama a comunidade universitária à “união” em defesa da USP: “Em primeiro lugar, eu quero agradecer a votação expressiva da Assembleia Universitária, que confirma o resultado manifestado na consulta pública a toda comunidade uspiana. Independentemente do resultado obtido por cada chapa, é o momento de união de todos em prol da nossa Universida-

de, condição para superar os nossos problemas e enfrentar os desafios do futuro. Todos devemos estar unidos agora. A USP precisa dos seus professores, estudantes e funcionários nesse momento tão importante da nossa trajetória”.

“Em que pese o descontentamento generalizado com a gestão M.A. Zago, expresso nos debates, na Consulta e mesmo nas eleições, a Reitoria conseguiu colocar em primeiro lugar o seu candidato Vahan. A margem da vitória, contudo, foi pequena considerando os padrões habituais e existe um desconforto evidente, que terá de ser enfrentado pela nova gestão reitoral”, avalia o professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp.

“A vitória de Vahan, para além do peso da Reitoria e dos interesses mais ligados aos seus projetos, par-

ticularmente os setores ligados às fundações privadas, pode ser explicada pela vitória do discurso falacioso de que a política de desmonte da USP é a única opção para a crise de financiamento”, acrescenta.

“Porém, como vai ficar cada vez mais claro, a aplicação dos Parâmetros de Sustentabilidade, considerando o atual quadro de recursos, exigirá ainda um longo processo de desmanche da universidade, de arrocho salarial e de rebaixamento das condições de trabalho, seja dos técnicos-administrativos, seja dos professores. Neste sentido, a insatisfação com a Reitoria e a rejeição a esta política de destruição tendem a crescer cada vez mais. A Adusp continuará se opondo ao projeto iniciado por M.A. Zago e cujo continuador é Vahan”.

Pesquisa atesta a importância do HU

No dia 17/10, no Auditório da História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), o Coletivo Butantã na Luta apresentou os resultados de uma pesquisa de opinião realizada com os moradores da região do Butantã a propósito da relação existente entre a população e o Hospital Universitário da USP (HU). Formado por moradores, o coletivo Butantã na Luta tem caráter suprapartidário e está organizando uma ampla campanha em defesa do HU.

“Nós acabamos priorizando a Saúde, porque é um elemento vital. Principalmente quando o reitor da USP, ao lado do governador Alckmin, ameaça de destruição o maior patrimônio de saúde que a capital de São Paulo tem, por conta do histórico de formação de médicos que foi implantada há mais de 30 anos aqui no *campus*”, disse o professor sênior João Zanetic (IF) ao abrir o evento.

Tão logo assumiu o cargo, o reitor M.A. Zago procurou desvincular o HU da universidade e transferir sua gestão para o governo estadual. Na sua obsessão por austeridade financeira, ele declarou ao jornal *Valor Econômico* que o hospital é um “parasita” da USP. Ainda em 2014, mais de

200 funcionários do HU, entre os quais 18 médicos, aderiram ao primeiro Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) implantado pela Reitoria, e até hoje não houve reposição desse pessoal. Posteriormente, mais funcionários deixaram o hospital. A Reitoria cortou o pagamento dos plantões médicos, o que reduziu atendimentos e fechou setores inteiros. A Maternidade e o Pronto-Socorro estão entre os setores mais afetados.

“A Reitoria alega que o hospital tinha um custo operacional muito alto. Este custo operacional muito alto é absolutamente compatível com o fato de ser um hospital-escola que trabalha em três turnos e, portanto, trabalha de uma forma diferente de um hospital-escola normal, e ainda mais diferenciado a favor da sociedade do que um hospital comercial”, destacou o professor Ciro Correia (IGc), que presidiu a Adusp em 2014 e 2015.

Os dados que o corpo clínico do HU levantou a respeito das atividades de ensino em 2012 mostravam que o hospital atendia 1.223 alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Ciências Farmacêuticas, Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Nutri-

ção, que tinham a oportunidade de aprender com equipes multidisciplinares.

Claudionor Brandão, diretor do Sintusp, lembrou que o reitor chegou a declarar, em uma audiência pública na Alesp, que não é obrigação da universidade “gastar dinheiro com fralda e antibiótico”. “Ora, se é um hospital-escola, fralda e antibiótico ali é material de ensino”, observou.

Vital. A pesquisa, dirigida pela socióloga Rachel Moreno, do Instituto Opinião, foi realizada por meio de 300 entrevistas com moradores e trabalhadores de bairros como Rio Pequeno e São Domingos, e também com uma amostra de 30 funcionários da USP filiados ao Sintusp, cujas respostas foram contabilizadas separadamente. Os resultados revelam como o hospital é vital para a população: 65% dos moradores da região não possuem convênio de saúde, 55% dos que usaram o HU o fizeram em situação de emergência e 35% dos entrevistados recorreram ao hospital há menos de um ano. Menos de 20% dos entrevistados nunca utilizaram os serviços do hospital.

O atendimento é bem avaliado pela maior parte dos entrevistados, sendo considerado bom por

40% e ótimo por 34% da população. Das respostas positivas em relação ao atendimento, 40% foram pela proximidade do HU, 32,3% pela qualidade da equipe e 14,3% por se tratar de um hospital-escola. Durante a apresentação, Rachel Moreno ressaltou a importância sentimental e histórica que o HU tem para várias pessoas, graças, por exemplo, à lembrança de partos nele ocorridos: 5,14% das avaliações positivas se devem à história e à imagem do HU.

Entretanto, 14% dos entrevistados consideraram a qualidade do atendimento como regular, 3% ruim e 4% péssimo. Segundo o relatório executivo da pesquisa, os resultados negativos decorrem diretamente da precarização recente do hospital: 38,77% das respostas negativas referem-se à demora e a dificuldades no atendimento.

Em relação ao conhecimento do processo de desmonte do hospital, 60% das pessoas consultadas sabem que os recursos financeiros do HU diminuíram e outros 30% não sabem responder. Dispõem-se a participar de abaixo-assinados 80% dos entrevistados e quase 40% participariam de uma passeata em defesa do hospital.

Informações vagas e ausência de calendário marcam primeiro documento oficial da CAD

Embora ainda sem calendário definido para execução e submissão dos projetos acadêmicos das unidades, departamentos e projetos individuais de cada docente e sem critérios de avaliação estabelecidos, os docentes da USP já estão em um ciclo avaliativo quinquenal desde o início de 2017, segundo informações concedidas por membros da Câmara de Avaliação Institucional (CAI) e da Câmara de Avaliação Docente (CAD) em reunião aberta ocorrida na FAU, em setembro.

Assim, a estrutura avaliativa materializada na “Nova” Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e no Estatuto do Docente, que prevê rebaixamento de regimes de trabalho para docentes que não cumprirem as metas estabelecidas nos planos acadêmicos (da unidade, departamentos e individual, sempre em consonância com as metas gerais da USP, que também ainda não são do conhecimento de nin-

guém!) e até exoneração de cargos, já está em funcionamento e talvez a grande maioria dos docentes ainda não tenha se dado conta da gravidade que implica tal avaliação de caráter punitivo, sem que sequer se tenha clareza do que será exigido de cada “perfil” docente em 2022.

Isso tudo numa universidade cujo Conselho Universitário (Co) aprovou, em 7/3/2017, após violenta repressão policial a alunos, funcionários e professores, um plano de ajuste orçamentário que prevê diminuição drástica da folha de pagamento, que deve chegar a 85% do orçamento da USP. À custa de quem essa meta orçamentária será atingida?

Perfis. No dia 3/10/2017, a CAD enviou aos docentes uma comunicação sobre o andamento de seus trabalhos, destacando seu papel de “instruir os docentes quanto à elaboração de seus res-

pectivos projetos, que formam a base do processo de avaliação docente” e sobre a necessidade de que tais projetos individualizados estejam alinhados com os projetos acadêmicos de departamentos e unidades, que devem definir os perfis de doutores, associados e titulares. “Assim, o ‘projeto acadêmico do docente’ deverá conter o planejamento das atividades para o período, em sintonia com os projetos acadêmicos do Departamento e da Unidade e com o perfil do docente no nível da carreira atual ou em nível superior”.

O documento da CAD sugere aos docentes que nos seus projetos acadêmicos individuais apresentem de modo detalhado a contribuição para “melhoria acadêmica” do seu departamento nas seguintes atividades: “I. Ensino de graduação, II. Ensino de pós-graduação, III. Pesquisa, IV. Orientação de trabalhos de graduação e

pós-graduação, V. Extensão e Cultura, VI. Outras pertinentes à área de atuação do docente, VII. Funções de Gestão Universitária”.

Ainda que seja desejável que a atuação dos docentes esteja em consonância com os objetivos acadêmicos, institucionais e políticos dos respectivos departamentos e unidades, é lamentável que tal processo se dê no âmbito de uma avaliação centralizada e punitiva, cuja estrutura foi criticada pela maioria dos colegiados que se manifestaram sobre a criação da “Nova CPA”. E é temerário o fato de que, a essa altura de um processo que interferirá diretamente nas trajetórias profissionais dos docentes, as informações ainda sejam tão vagas, considerando-se que já estamos todos e todas em processo de avaliação, sem que sequer saibamos o calendário a que estaremos submetidos, nem os critérios avaliativos.

Curso de Biotecnologia para quem?

Em 5/9/2017, data dedicada ao maior patrimônio natural do planeta, a Amazônia, houve o lançamento do curso de Biotecnologia da USP. Sediado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), a USP Leste, a partir de 2018, o curso foi aprovado em meio a várias crises, entre elas a dita financeira (mas que sabidamente é de financiamento), que impediu, por exemplo, que o corpo docente e funcional tivesse aumento salarial em 2017.

O argumento de que a Universidade dispende por volta de 100% de seu orçamento com folha salarial não impediu a criação de cursos que certamente aumentarão gastos, seja pela necessidade de contratação de docentes e servidores, seja pela criação de serviços que a organização e gestão dos cursos necessitarão. O curso de Biotecnologia foi aprovado na mesma sessão do Conselho Universitário que aprovou o curso de Medicina de Bauru, mas, diferentemente deste, o processo levou mais tempo, principalmente porque a proposta trazia consigo dois aspectos que merecem destaque.

O primeiro é que, desde a criação da EACH, vários grupos, internos e externos à USP, vêm estudando propostas de novos cursos que contemplassem áreas ainda incipientes na universidade e na região Leste de São Paulo. O segundo aspecto é que as vagas propostas para o curso de Biotec (como foi apelidado pelos seus idealizadores) substituirão vagas “ociosas” do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN), graduação criada para suprir o déficit de professores principalmente na rede pública de ensino. Desde sua criação em 2005, a procura pelas 120 vagas anuais em LCN tem sido baixa, não completando as turmas nos dois turnos de oferecimento (matutino e noturno).

Um dos argumentos apresentados pelos idealizadores do curso de Biotecnologia é o de que a substituição das vagas de LCN seria uma otimização de recursos, já que a procura era baixa e o corpo docente poderia ser “melhor aproveitado”. No entanto, a baixa procura pelo curso pode se dever ao fato de que a profissão de professor do ensino básico é enormemente desvalorizada e mal remunerada, em detrimento de áreas que estejam mais alinhadas ao mercado. Quanto às propostas de cursos que vinham sendo debatidas pela comunidade, essas se-

quer foram aventadas e a discussão acumulada ao longo dos anos foi descartada. Entendendo que a Universidade deve responder aos anseios da sociedade, reconhecendo que a educação carece de cuidado e sabendo que há déficit de professores, uma pergunta emerge: qual a real intenção dessa substituição de vagas de LCN por vagas para Biotecnologia?

Parcerias, de novo. A resposta pode ser encontrada no vídeo de divulgação do curso (<http://bit.ly/2zlvOJS>), na notícia sobre o lançamento veiculada na página da EACH (<http://bit.ly/2iqS8sY>) e no vídeo da cerimônia de lançamento do curso (<http://bit.ly/2z0qU1M>).

O que parece estar por trás da criação do curso de Biotecnologia são o empreendedorismo e a parceria com empresas. O lançamento foi feito na Reitoria, longe do local no qual o curso será oferecido, a EACH, sem convite ou comunicação à comunidade da escola, mas com a presença de representantes das empresas Monsanto, Thermo Fisher Scientific, LGC Biotecnologia e G&E, as quais “se mostraram abertas a oportunidades futuras de parcerias”, segundo notícia na página da EACH (os grifos são nossos).

Ao afirmar durante o lançamento que “a universidade tem de estar associada às empresas”, o professor Diego Falceta, docente que liderou o grupo responsável pela proposta, evidencia tais pretensões. Falceta afirma ainda que “este curso está pensado para trabalhar de mãos com as empresas” (*sic*). Ao mencionar o programa “Parceiros da USP”, aprovado na gestão Zago-Agopyan, e a sanção pelo governador Geraldo Alckmin do decreto nº 62.817 em 4/9/2017, véspera do lançamento, fica claro que o curso está alinhado a um projeto de universidade com pretensões essencialmente voltadas para o mercado, seja na formação de mão de obra, seja no desenvolvimento de produtos.

Embora o projeto pedagógico do curso apresente intenções de contribuir para a solução de problemas sociais, não fica claro como se pretende abordar tais questões. Parece-nos que o engajamento social, aspecto que permeia os cursos da USP Leste, foi suplantado pela tecnocracia de ocasião, cumprindo um papel importante rumo à privatização da universidade pública. Além disso, formar profissionais que estejam



Professor Diego Falceta durante o lançamento do curso

preparados para trabalhar na indústria farmacêutica e no agronegócio, setores avassaladores que funcionam sob a égide do mercado, torna difícil identificar o tal engajamento social pretendido.

“Pressupostos”. A reportagem do *Informativo Adusp* entrou em contato com dois professores da EACH responsáveis pelo novo curso, para que respondessem a alguns questionamentos (**vide quadro**). Ambos, contudo, recusaram-se a responder às perguntas encaminhadas.

Numa troca de mensagens eletrônicas, o professor Diego Falceta Gonçalves, um dos relatores do projeto pedagógico do curso, inicialmente indagou ao repórter: “as respostas serão mantidas intactas e serão publicadas na íntegra?” Depois de explicado que, por uma limitação de espaço, nem sempre é possível publicar a íntegra das declarações de nossas fontes, mas sempre se procura respeitar o teor dessas declarações, e de que “não publicaremos nenhuma explicação truncada, distorcida ou que não faça sentido”, o docente não mais respondeu.

A coordenadora *pró-tempore* do curso de Biotecnologia, professo-

ra Viviane Abreu Nunes, por sua vez, colocou sob suspeita o propósito da reportagem: “Terei prazer em responder quando identificar que as perguntas são honestas, pertinentes e podem contribuir para a informação das pessoas sobre o curso. Me procure, se esse for o caso”, escreveu, numa primeira resposta.

O repórter ponderou, então: “Por quê minhas perguntas colocam em dúvida nossa honestidade? A matéria que produzirei abordará criticamente a presença das empresas previamente mencionadas no evento de lançamento do curso, fato público e explicitado em textos institucionais da EACH e da Reitoria. Entrevistarei professores responsáveis pela elaboração do projeto pedagógico do curso, mas também professores críticos à substituição do curso de licenciatura de Ciências da Natureza”.

A professora, então, encerrou o assunto: “Perguntar se o curso irá formar, ‘meramente’, mão de obra para indústria e agronegócio já sinaliza o viés que quer dar para a matéria. Como mencionei, estou à disposição para contribuir, mas a partir de outros pressupostos”.

Perguntas não respondidas

1. Em que estudos e diagnósticos se baseia a criação do curso de Biotecnologia da EACH?
2. Há motivos, na sua opinião, para que o novo curso seja mais interessante à USP do que o turno matutino de Licenciatura de Ciências da Natureza?
3. O projeto pedagógico do curso de Biotecnologia cita a necessidade de fazer avançar a transferência de conhecimentos entre a universidade, a indústria e o agronegócio. De que modo isso se refletirá no conteúdo pedagógico do curso?
4. Por que razão empresas como Thermo Fisher Scientific, LGC Biotecnologia, Monsanto e G&E foram convidadas para o lançamento do curso de Biotecnologia? Será uma graduação superior destinada a, meramente, formar “mão de obra” para a indústria e o agronegócio?

Comissão Sindicante vê “fortes indicativos” de assédio de Lancha Jr. contra Gualano

Grupo sugere à direção da EEFÉ “imediata deflagração de processo administrativo disciplinar” contra o autor das “graves irregularidades”

A Comissão Sindicante instaurada pela Portaria 22/2017 da Diretoria da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE) para apurar assédio moral na unidade concluiu “haver indicativos de que o servidor docente Prof. Dr. Antonio Herbert Lancha Jr. adotou condutas irregulares”, “razão por que sugerimos a imediata deflagração de processo administrativo disciplinar [PAD], com o objetivo de garantir ao referido servidor o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CF/88)”.

Formada pelos docentes Marina Helena Cury Gallottini (FO), presidente, e Shacker Chuck Farah (IQ) e pelo procurador Mário Henrique Dutra Nunes, a comissão anexou ao relatório final, datado de 21/8/17, uma “minuta de portaria interna que, a critério da Diretoria da EEFÉ, poderá ser utilizada para a abertura de procedimento punitivo” (vide <http://bit.ly/2gSsCtL>).

A comissão decidiu, preliminarmente, que “a questão relativa ao possível uso indevido do equipamento denominado ‘BOD POD’ não constitui objeto do incluso procedimento apuratório”. Em seguida, porém, esclarece: “O uso do mencionado equipamento, contudo, embora seja de apuração distinta [objeto do PDA contido nos autos USP 2016.1.128.39.0, em curso], possui relevância aos trabalhos aqui realizados, pois os conflitos entre as partes envolvidas e observados pela Comissão Sindicante advêm, essencialmente, das denúncias relativas ao uso do referido equipamento”.

No entender da comissão, as práticas adotadas por Lancha Jr. “em desfavor dos servidores docentes Prof. Dr. Bruno Gualano e Prof. Dr. Guilherme Artioli” denotam, a princípio, “retaliações decorrentes da denúncia encaminhada à Ouvidoria da USP e ao Ministério Público do Estado de São Paulo sobre o uso do equipamento ‘BOD POD’”, e, se confirmadas, “configuram grave irregularidade, sujeitando o infrator às penalidades administrativas legalmente previstas”.

O relatório final cita ainda, em nota, a ação judicial em curso contra Lancha Jr. e outros réus na 15ª Vara da Fazenda Pública, ajuizada pelo MPE-SP, por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito (<http://bit.ly/2szGHB1>).

Exclusão sem aval. Os levantamentos realizados pela comissão atestaram a exclusão de Gualano e Artioli do Laboratório de Nutrição e Metabolismo da EEFÉ sem que houvesse “prévia comunicação da mencionada exclusão”, nem “concessão de prazo para que as atividades de pesquisa pudessem ser desenvolvidas em outro espaço e/ou laboratório”, nem “comum acordo para a retirada de tais pesquisadores do laboratório, cujos trabalhos se encontravam em andamento”. Além disso: “Não houve aval da Chefia do Departamento. Não houve aval da Diretoria”.

O relatório descreve em detalhes os prejuízos causados a duas alunas pelo descadastramento de suas biometrias, impedindo-as de retornar ao laboratório até mesmo para recolher pertences pessoais. “Perante a Comissão Sindicante”, registra o documento, “a Profª Edilamar, Chefe de Departamento, afirma ‘que conversou com o Prof. Lancha para que cadastrasse novamente o grupo, mas a recomendação não foi aceita [...]’”.

Também são descritas no documento outras atitudes persecutórias de Lancha Jr. contra Gualano e Artioli: o registro de um Boletim de Ocorrência (BO) no 93º Distrito Policial (DP), dando notícia de furto de equipamentos do Laboratório de Nutrição e Metabolismo; o trancamento com cadeado da porta interna desse laboratório, impedido o acesso à sala de animais do Biotério, então coordenado por Artioli; a falsa comunicação feita por Lancha Jr., perante o Conselho do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano, de que Gualano indevidamente autointitulava-se coordenador daquele laboratório;

a retirada do nome de Gualano como um dos coordenadores de um curso de extensão; o atraso deliberado no conserto de um equipamento.

O BO foi lavrado após comparecimento de Lancha Jr. ao 93º DP, no entanto os equipamentos dados como furtados estavam, de modo documentado, sob a responsabilidade de Gualano. O documento da comissão criada pela Portaria 22/2017 cita que a questão “foi objeto de apuração própria, em sindicância administrativa processada nos autos USP 2016.1.211.39.4”, cujo relatório final consignou que o BO foi “premature” e que “não haveria necessidade de registro do BO”. O episódio também deu causa a um inquérito policial por falsa comunicação de crime (<http://bit.ly/2A1nxbb>).

Quanto ao suposto uso indevido do título de coordenador do laboratório, o relatório final da comissão que apurou os casos de assédio moral assinala que Lancha Jr. assinou, em 14/6/13, declaração “a quem possa interessar” de que Gualano “atua conjuntamente comigo na coordenação do Laboratório de Nutrição”, e que tal declaração “não fixou prazo de validade, vigorando, assim, por prazo indeterminado”. E que não se verificou “a expedição de ato ou comunicado que indique a revogação da atuação conjunta [...] antes da comunicação realizada perante seus pares, no Conselho do Departamento”.

A comissão constatou, ainda, que o nome de Gualano foi retirado da coordenação do “Curso de Atividade Física e Controle Alimentar para Pessoas Obesas”, de extensão. A proposta apresentada originalmente, assinada e aprovada pela chefe do Departamento em 23/10/15, indicava dois coordenadores: Lancha Jr. e Gualano. Porém, sem o conhecimento de Gualano, o formulário original foi substituído por outro, do qual constava apenas o nome de Lancha Jr., que é vice-chefe do Departamento.

Transferência para FM.

Foi em razão do assédio moral sofrido na EEFÉ, sem que fossem tomadas à época medidas que resguardassem suas condições de trabalho e sua dignidade pes-

soal, que o professor Gualano solicitou sua transferência para outra unidade: a Faculdade de Medicina (FM), onde já vinha desenvolvendo pesquisas em conjunto com a professora Eloísa Bonfá, do Laboratório de Investigação em Reumatologia (conhecido como LIM-17), pertencente ao Departamento de Clínica Médica.

Embora a transferência contasse com o aval da FM, ela foi rejeitada tanto pelo Conselho do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano como pela Congregação da EEFÉ (ao rejeitar recurso do solicitante), sob os pretextos de que, como não haverá permuta de docentes, o departamento de origem ficará desfalcado, e de que não pode abrir mão de um docente cuja contribuição é considerada importante.

Gualano decidiu, então, recorrer ao Conselho Universitário (Co). O recurso seria apreciado na reunião realizada em 26/9, mas um grupo de representantes de congregações pediu vistas do processo e a votação foi adiada, em princípio, para a próxima reunião, marcada para 14/11 (<http://bit.ly/2lzshS8>). Pesa em favor do recurso (e portanto da transferência para a FM), agora, a divulgação do relatório final da Comissão de Sindicância, que corrobora as perseguições sofridas pelo autor do recurso e sugere que seja instalado um PAD contra Lancha Jr. por fortes indícios de assédio moral.

Ainda que sejam adotadas punições — assédio moral caracteriza-se como falta grave, cuja previsão disciplinar é a pena de demissão — o assediador é Professor Titular, vice-chefe do Departamento, com ampla rede de influências na unidade e fora dela, o que explica o fato de haver conseguido burlar a ordem judicial para que se afastasse do cargo e, mesmo impedido, haver participado das reuniões do Conselho Departamental que recusaram o pedido de transferência de Gualano. Daí por que este insiste em transferir-se para uma unidade, a FM, onde possa exercer suas atividades, em especial a pesquisa, sem ter de enfrentar hostilidades e perseguições.

Professor da ESALQ é submetido a sindicância por organizar atividade acadêmica com MST

O professor Marcos Sorrentino, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) e diretor regional da Adusp em Piracicaba, foi convocado para uma oitiva por uma Comissão Sindicante instalada pela direção da unidade com a finalidade de investigar uma atividade acadêmica organizada em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A quarta edição da “Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária” aconteceu entre os dias 17 e 20/4 deste ano, organizada pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA, ao qual pertence o professor Sorrentino), pelo Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE PTE-CA/ESALQ) e por movimentos sociais, como o MST.

No dia 18/4, no gramado central do *campus*, foi organizada uma oficina de lona preta em conjunto com o MST com o objetivo de mostrar como se montam as barracas de assentamentos e pro-

mover uma conversa sobre a vida de um militante acampado. Entretanto, no mesmo dia uma notícia falsa foi compartilhada nas redes sociais, espalhando o boato de que o MST estaria promovendo uma invasão do *campus*. A notícia foi rapidamente desmentida pela direção da ESALQ e pela Prefeitura do *Campus*.

Autorização. Após o incidente, uma Comissão Sindicante foi instalada. Segundo Sorrentino, a oitiva para a qual foi convocado tinha duas perguntas principais como eixo de investigação. “Uma das perguntas era se havia autorização para utilizar a logomarca da ESALQ no evento, e eu falei que o laboratório que eu coordeno há 30 anos usa a logomarca para tudo porque é um laboratório da unidade”, descreve Sorrentino. “A segunda questão era se algum colegiado da unidade havia aprovado a realização das atividades. Eu disse que trabalho aqui há 30 anos e nunca precisei da autorização de



Professor Marcos Sorrentino

um colegiado para organizar diversas atividades”.

“Deixei muito claro: para mim é triagem ideológica”, defende o professor. A seu ver, isso é demonstrado pela diferença como foram tratados outros eventos recentes no *campus* como o ESALQShow, uma feira de empresas de agronegócio e transgênicos que aconteceu nos dias 10 e 11/10. “A escola serve majoritariamente a essas grandes empresas que trazem recursos a laboratórios, e

quando há um conjunto de professores ou estudantes que se comprometem com a agricultura familiar ou com agricultores acampados, vem esta triagem dizendo que não poderíamos usar o gramado para oficina”, explica Sorrentino.

Procurada, a direção da ESALQ não respondeu às perguntas enviadas pelo *Informativo Adusp*. Recusou-se igualmente a enviar cópia da portaria que instaurou a Comissão Sindicante.

Diretor do Sintusp é ameaçado na FO

Adriano Favarin, diretor do Sintusp e funcionário da Faculdade de Odontologia (FO), foi advertido e ameaçado no dia 15/9 pelo assessor administrativo da Diretoria dessa unidade, Renato Alves de Moraes. Segundo Favarin, Moraes o avisou para “parar de tratar dos interesses dos terceirizados” e que ele não queria vê-lo “publicando ou divulgando nada”. Se Favarin continuasse, prosseguiu o assessor, “sofreria a consequência de suas atitudes”.

As ameaças aconteceram após Favarin denunciar um caso de discriminação das funcionárias terceirizadas da Clínica Odontológica, setor no qual ele trabalha. De acordo com o sindicalista, desde agosto as terceirizadas estão impedidas de utilizar a copa da Clínica.

Na reunião da Congregação da FO no dia 24/8, Favarin criticou publicamente a restrição às terceirizadas e pediu explicações ao diretor da unidade, professor Waldyr Antonio Jorge. Quem respondeu foi o assessor Moraes, alegando que houve uma solicitação de funcionários da Clínica Odontológica à Assistência Administrativa, porque “não se sentiram à vontade de dividir o mesmo espaço da copa com colabo-

radoras terceirizadas que, após suas refeições, utilizavam o mesmo espaço para descanso”. Acrescentou que “a denúncia, portanto, não procede, visto que as colaboradoras não foram proibidas de frequentar lugares comuns, como a copa”.

Disposto a provar que a afirmação de Moraes na Congregação não correspondia à realidade, Favarin decidiu fazer circular um abaixo-assinado entre os funcionários da Clínica. “E a maioria dos funcionários assinou esse abaixo-assinado contra a discriminação”. No dia 30/8, o Sintusp enviou o abaixo-assinado à Diretoria da FO, por meio de um ofício, que não foi respondido.

Após 17 dias, Favarin enviou um e-mail para todos os funcionários e docentes da faculdade, comunicando a denúncia feita na Congregação, o abaixo-assinado contra a discriminação e a falta de respostas da Diretoria. Quinze minutos depois, Favarin foi chamado por sua chefe para se reunir com Moraes, ocasião em que sofreu as ameaças.

“Constrangimento”. No dia 17/9, o diretor da FO enviou um e-mail aos funcionários e terceiriza-

dos da unidade, segundo o qual “não existe nenhuma ordem ou norma impeditiva de uso de qualquer área de atuação e convívio entre funcionários e terceirizados na FOU SP”.

A mensagem criticou indiretamente as denúncias feitas por Favarin: “Este é esclarecimento que se faz necessário e público para que se evite qualquer tipo de constrangimento e/ou uso indevido de notícias que não proceda que possa ser utilizada de forma irresponsável ou de constrangimento aos cidadãos trabalhadores que atuam no ambiente de trabalho na Centenária Casa de Montenegro”. Entretanto, de acordo com Favarin, o acesso à Clínica ainda não está acessível às funcionárias terceirizadas. Procurados, Renato Alves de Moraes e Waldyr Antonio Jorge não responderam às perguntas enviadas pelo *Informativo Adusp*.

Este não é o primeiro caso de perseguição política a Favarin na FO. Em 2015, o chefe do funcionário o ameaçou de transferência por ter “funções sindicais que seriam incompatíveis com seu trabalho”. Após uma campanha pelo direito à atividade sindical, a possibilidade de transferência foi revogada.

Reitoria nega-se a ceder lista de alunos ao DCE

Pela primeira vez em muitos anos, a Reitoria da USP vem se negando a fornecer ao Diretório Central de Estudantes-Livre “Alexandre Vannucchi Leme” a lista de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação. A lista é necessária para que a entidade realize sua eleição anual, prevista para os dias 7, 8 e 9/11.

Em dois dias consecutivos, 30 e 31/11, um representante do DCE-Livre que procurava obter a lista foi simplesmente barrado no prédio da Reitoria e impedido de conversar diretamente com o secretário-geral Ignacio Poveda. “Nem com ofício nos deixaram entrar. Não nos deixam subir na Secretaria Geral. Me deram um ‘chá de cadeira’ de duas horas e meia”, relatou João Filho, diretor do DCE-Livre.